

COMUNICADO DO CC:

Um expediente dilatório de um órgão que se tem posicionado como o último reduto da fraude e um dos factores da instabilidade no país



Créditos: DW

O Conselho Constitucional (CC) emitiu ontem, segunda-feira, 25 de Novembro, um comunicado de imprensa sobre as eleições de 9 de Outubro e o caos em que essas eleições, consideradas como sendo as mais fraudulentas de todos os tempos, mergulharam o país.

O comunicado do CC segue-se a informações que davam conta de que aquele órgão apresentaria ontem o acórdão de validação ou não dos resultados eleitorais e de protestos em frente às instalações daquele órgão, protagonizadas por um grupo de mães que perderam os seus filhos, assassinados pela Polícia durante as manifestações pela justiça eleitoral.

Depois de um vazio de informação por parte do órgão, acreditava-se que o comunicado do CC pudesse trazer alguma mensagem que

ajudasse a serenar os ânimos da sociedade que durante mais de um mês anda nas ruas a exigir justiça eleitoral, para evitar que o país seja mergulhado num caos mais profundo. Debalde. No lugar de serenar os ânimos, o documento do CC veio aumentar incertezas sobre o futuro.

No imediato, o documento do CC visava dois objectivos: desmentir informações sobre a leitura do acórdão de validação ou não dos resultados e tentar acalmar o grupo de mães que, para além de protestarem contra o assassinato dos seus filhos, exigiam justiça pelo crime de Estado e justiça eleitoral. Nessa lógica, o comunicado de três páginas não passa de um expediente dilatório de um órgão que ao logo do tempo se tem mostrado como o último reduto da fraude, chancelando os resultados que recebe da Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Empenhado na validação dos resultados

No documento, o CC diz que está engajado no processo de validação dos resultados eleitorais “conciliando actas e editais requisitados à CNE e actas e editais solicitados e disponibilizados por alguns partidos políticos, organizações da sociedade civil e observadores”, mas não menciona prazos específicos para a conclusão desse processo, algo que inquieta ainda mais os cidadãos. Embora a Constituição da República determine que a Assembleia da República deve tomar posse até 20 dias após a validação dos resultados, o CC parece utilizar a falta de uma previsão legal clara para atrasar o seu pronunciamento.

Tendo em conta a tendência do órgão que, ao logo do tempo, se tem mostrado como o último reduto da fraude, chancelando os resultados que recebe da CNE, uma instituição completamente dominada pelo partido Frelimo, como é o próprio CC, o vazio do documento aumentou as incertezas sobre o futuro do país, que neste momento reúne todos os ingredientes para ser transformado num sítio.



Denúncia de ameaças de morte

O documento assinado pela presidente do órgão, Lúcia Ribeiro, denuncia supostas ameaças de morte aos juizes conselheiros, mas não revela a identidade dos autores de tais ameaças, o que está a abrir um campo de especulação sobre a possibilidade de se estar perante autovitimização.



O que se esperava do CC

O que se esperava do CC neste momento crítico era um posicionamento firme e esclarecedor sobre o decurso do processo de validação dos resultados eleitorais. No entanto, o comunicado, longe de oferecer detalhes concretos sobre o processo, apenas reafirma o compromisso com a independência dos juizes e com a verdade eleitoral, sem fornecer dados ou informações que possam acalmar a tensão social. A falta de informações objectivas dá a impressão de que o CC está a ganhar tempo, utilizando o comunicado como uma estratégia para conter o descontentamento popular, mas sem agregar qualquer substância relevante ao debate sobre o futuro político do país.

Neste contexto, o comunicado emitido pelo CC é visto por muitos como um expe-

diente vazio, destinado a entreter e acalmar temporariamente a população, sem fornecer as respostas urgentes que o momento exige. A crítica centra-se no facto de que, ao invés de assumir uma postura de transparência e fornecer informações detalhadas sobre o andamento do processo de validação, o CC limita-se a apelos vagos pela contenção social e pela preservação da ordem, sem tratar com a devida profundidade os aspectos técnicos e legais que sustentam o debate eleitoral. A expectativa por justiça e verdade eleitoral permanece, mas o silêncio do CC sobre questões fundamentais apenas contribui para alimentar a desconfiança e a frustração de um povo que espera por respostas claras e objectivas em meio a um cenário de caos e incerteza.






Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autores: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

